

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 465.311 - SC (2018/0212487-9)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : VALMIR DA SILVA MEDEIROS (PRESO)**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **VALMIR DA SILVA MEDEIROS**, no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Na origem, constata-se parcial procedência da ação revisional para fixar a pena do paciente em 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime semiaberto, pela prática do crime de furto e 3 anos e 6 meses, em regime semiaberto, para o crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

Neste *writ*, alega a impetrante ser indevida a valoração da conduta social, conforme entendimento da Súmula 444/STJ.

Requer, assim, a concessão da ordem para que seja excluída tal negativação.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade da ordem.

**É o relatório.**

Decido.

Consoante informações prestadas:

"Na Vara Criminal da comarca de Rio do Sul/SC (autos n. 0003855-45.2001.8.24.0054 / 054.01.003855-1 – doc. 1), em 08/05/2006, sobreveio sentença que condenou o ora paciente ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 15 (quinze) dias-multa, pela prática do delito disposto no art. 155, caput, c/c art. 61, inciso I, ambos do Código Penal; e ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 04 (quatro) anos de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 13 (treze) dias- multa, por infração ao disposto no art. 311, caput, c/c art. 61, inciso I, ambos do Código Penal. Na mesma oportunidade, restaram condenados os corréus Jaison do Nascimento e Cleidir Kopp da Silva. Foi-lhes concedido o direito de recorrerem em liberdade (doc. 2).

Após o trânsito em julgado, a Defensoria Pública ajuizou revisão criminal, autuada sob o n. 4003122-17.2017.8.24.0000 (doc. 3), na qual pleiteava a exclusão das circunstâncias judiciais relativas à personalidade e à conduta social.

O Primeiro Grupo de Direito Criminal, na sessão de julgamento realizada no dia 27/06/2018, decidiu, por votação unânime, julgar parcialmente procedentes os pedidos revisionais, “afastando a negativação do vetor personalidade, fixando as penas do revisionando em 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão e 10 (dez) dias- multa

# Superior Tribunal de Justiça

em regime semiaberto (para o furto) e 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa em regime semiaberto (para a adulteração de sinal identificador de veículo), em concurso material” (doc. 4).

Na decisão, o Colegiado afastou a negatividade da circunstância judicial da personalidade, porém manteve a da conduta social. Considerou a anterioridade da sentença em relação à Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça para consignar que “[...] não se mostra adequada a minoração da pena sob o fundamento contido na Súmula n. 444 do Superior Tribunal de Justiça, quando se constata que, à época da prolação, a decisão se encontrava em consonância com o entendimento dominante”.

Assim, readequou a pena imposta ao ora paciente.

**A pena é fiscalizada nos autos n. 0011560-65.2012.8.24.0036 (doc. 5), no qual, durante a tramitação da revisão, o juízo realizou nova dosimetria da pena, com a exclusão da valoração negativa da conduta social, conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no HC n. 425.780/SC (doc. 6).**

Nesse aspecto, denota-se que a pretensão ora manifestada já foi atendida, de modo que a presente impetração carece de interesse de agir, ante a superveniente perda de objeto.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 16 de agosto de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator